



Secretaria de
Educação

Memorando Nº. 884/2024/SECED

Ao Exmo. Senhor

Givanildo Medeiros do Nascimento

Agente de Contratação

Município de Camaragibe/PE

Assunto.: Memorando nº. 620/2024-CPL

Referência.: Processo Administrativo Nº. 167/2023 | Processo Licitatório Nº. 129/2023 | Concorrência Nº. 003/2023

Objeto.: Contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de reforma de 02 (duas) Unidades Escolares do Município de Camaragibe/PE.

Exmo. Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Memorando nº. 620/2024-CPL, vimos encaminhar o Parecer Técnico de Exequibilidade, de autoria da Arquiteta Urbanista, Cristiane Louise Guimarães de Santana, para ratificar os termos e esclarecer o que segue:

A Lei nº. 14.133/2021, a Lei agregou como objetivo evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Trata-se de um objetivo relevante, já preconizado em legislações anteriores, positivado no texto legal, provavelmente, pelas constantes orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para que os Agentes Públicos evitem essas irregularidades.

Para a Lei nº. 14.133/2021, preços manifestamente inexequíveis são aqueles que, comprovadamente, apresentam-se insuficientes para a cobertura dos custos decorrente da contratação pretendida.

Em uma licitação, o órgão licitante necessita resguarda-se de propostas irresponsáveis, incapazes de suportar os custos da contratação e, portanto, fadadas a uma frustração contratual, gerando enormes prejuízos ao Poder Público.

Propostas irresponsáveis são, muitas vezes, caracterizadas pelas inexequibilidades de seus preços. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles comprovadamente insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida. Assim, na análise das propostas, é



Secretaria de
Educação

fundamental a avaliação da exequibilidade dos preços apresentados.

Nessa linha, o inciso III do artigo 59 prevê a desclassificação da proposta que apresentar preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação.

Outrossim, conforme indicado pelo inciso II do artigo 59, a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

Por isso, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº. 768/2018, que confere à Secretaria Municipal de Infraestrutura as atribuições de coordenação e execução de projetos e obras de interesse do Município de Camaragibe/PE, e objetivando garantir a verificação da exequibilidade dos preços, evitando a continuidade de uma contratação fadada à frustração, nos termos do Parecer Técnico que ora anexamos, da verificação da exequibilidade dos preços, realizado pela Secretaria de Infraestrutura, através da profissional supramencionada.

Assim sendo encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnicos, nesse cenário, na qualidade de autoridade competente, venho através do presente documento, **DETERMINAR e AUTORIZAR** a continuidade dos atos do Processo Licitatório para a contratação do objeto em tela, dos procedimentos administrativos e técnicos.

Camaragibe/PE, 25 de outubro de 2024.

Mauro José da Silva
Secretário Municipal de Educação